



RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E O PAPEL DA EDUCAÇÃO. PERCEPÇÕES DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS ANGOLANOS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO ENSINO SUPERIOR

SOCIAL RELATIONS OF GENDER AND THE ROLE OF EDUCATION. PERCEPTIONS OF ANGOLAN UNIVERSITY TEACHERS OF PUBLIC INSTITUTIONS OF HIGHER EDUCATION

<https://doi.org/10.5281/zenodo.3337369>

AUTORES: Luís Filipe Roberto António Lopes ¹

DIREÇÃO PARA CORRESPONDENCIA: aristidesjaimey@gmail.com

Data da recepção: 30 de Noviembre de 2018

Data da aceitação: 04 de Febrero de 2019

RESUMO

Hoje em dia parece ser mais evidente que debater o problema da igualdade entre homens e mulheres ou igualdade entre os sexos deixou de ser um assunto local, transformando-se num tema global. Por este motivo objectiva-se neste trabalho reflectir à volta desta problemática do género e analisar que posições deve assumir cada um dos membros.

PALAVRAS-CHAVE: homem, mulher, género, relação.

ABSTRACT

Nowadays, it seems more evident that debating the issue of gender equality or gender equality has ceased to be a local issue and has become a global issue. For this reason, the objective of this work is to reflect on this gender problem and to analyze what positions each member should assume.

KEYWORDS: man, woman, gender, relationship

INTRODUÇÃO

Hoje em dia parece ser mais evidente que debater o problema da igualdade entre homens e mulheres ou igualdade entre os sexos deixou de ser um assunto local, transformando-se num tema global.

A igualdade entre homens e mulheres significa antes de tudo que todas as pessoas têm o direito de realizar escolhas independentemente das responsabilidades, tarefas ou funções atribuídas socialmente com base na diferenciação sexual.

¹ Professor da Escola Superior Pedagógica do Bié.

A importância do papel das mulheres no desenvolvimento das sociedades é um facto que se constata cada vez mais, ao menos na legislação; contudo, na prática a falta do reconhecimento das capacidades das mulheres é um problema que tem provocado muitas assimetrias em termos de tratamento (Hernandez & Ricardo, 2018).

Este problema é extensivo também na assunção de cargos de direcção e chefia, onde maioritariamente as vagas são ocupadas por homens, sem descurar a existência de profissões consideradas tendencialmente masculinas e tendencialmente femininas.

A sociedade angolana, apresenta uma diversidade cultural e étnica bastante grande e com características muito particulares. Essas características baseadas sobretudo na prevalência do poder dos homens e dos anciãos, na restrição do papel social da mulher, nos casamentos precoces das raparigas, entre outros factores, fazem com que haja socialmente muitas assimetrias entre homens e mulheres, quanto à participação social sobretudo das raparigas e mulheres em todos os domínios de actuação social.

O conflito armado teve também um impacto negativo a longo prazo no seio das famílias.

Toda essa confluência de factores sociais tem a sua incidência negativa no processo de ensino-aprendizagem que decorre dentro dos estabelecimentos de ensino, particularmente, no desempenho e participação activa dos alunos e dos restantes membros da comunidade educativa, nas actividades escolares.

Desta forma, justificamos a pertinência e actualidade deste estudo, por considerarmos que os estabelecimentos de ensino constituem espaços de reflexão para que se possam introduzir mudanças responsáveis, e os conhecimentos adquiridos constituam uma ferramenta fundamental para a emancipação, independência e democratização das sociedades.

DESENVOLVIMENTO

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Nas sociedades patriarcais, existe a supremacia do sexo masculino sobre o feminino, e estas relações favorecem os homens, o que origina forte discriminação sobre as mulheres.

Esta situação obrigou a que ao longo dos tempos as mulheres levantassem as suas vozes e lutassem pela melhoria das suas condições de vida.

Para tal, foram determinantes as reivindicações feitas pelas mulheres para a conquista de direitos, ao passo que, a categoria género ia emergindo nos bastidores académico-político para desconstruir a relação binária assente no sexo biológico.

Segundo o Kit Pedagógico sobre Género e Juventude (2013), “quando falamos de *sexo* referimo-nos às diferenças biológicas, características de mulheres ou de homens, que são universais e não se alteram de sociedade para sociedade. Quando falamos de *género* referimo-nos aos atributos sociais, aos papéis, às tarefas, às funções, aos deveres, às responsabilidades, aos poderes, aos interesses, às expectativas e

necessidades que socialmente se relacionam com o facto de se ser rapaz ou homem ou de se ser rapariga ou mulher numa determinada sociedade e época. O género é uma construção social do masculino e do feminino e da relação entre os sexos” (p. 28).

Os conceitos sobre o *masculino* e o *feminino* começam a ser apreendidas desde idades tenras, estendendo-se ao longo da vida do ser humano.

Desta forma, as actividades para homens e mulheres são percebidos e valorizados de forma diferenciada. Essa diferenciação começa desde a infância e estende-se durante toda a vida, em todos os contextos de actuação social.

Segundo Hernández, Ojeda e Medina (2009), “a educação sexista polariza os seres humanos a partir de uma distorção dos modelos socioculturais de homem e mulher, e longe de ser fonte de crescimento e desenvolvimento responsável do indivíduo, se converte em geradora de conflitos e, em muitos casos, de transtornos que se repercutem negativamente nas relações entre as pessoas, especialmente, entre aqueles de sexos diferentes” (p. 22).

A escola por ser um espaço privilegiado de promoção de valores, através de acções educativas, permite estreitar relações humanas, promover um clima de liberdade e respeito pelo outro e desenvolver actividades não sexistas e inclusivas (Estupiñán Ricardo et al., 2018).

Ainda, segundo a Comissão Europeia (2011), o desenvolvimento de boas relações entre docentes e alunos é um factor-chave para gerar a mudança nas escolas e, em especial, encorajar os docentes a não discriminarem e a respeitarem as escolhas dos seus alunos e alunas.

No caso particular da sociedade angolana, a mesma é composta maioritariamente por grupos etnolinguísticos de origem *bantu*.

A cultura *bantu* é caracterizada por um sistema patriarcal, com poderes atribuídos aos homens e aos mais-velhos, por serem a fonte reguladora e fiscalizadora da vida na comunidade.

As mulheres assumem dentro do contexto da comunidade um papel secundário, isto é, na gestão do lar como mães e esposas; os jovens de ambos os sexos, para serem consagrados como elementos activos dentro da comunidade, são submetidos a rituais de passagem à vida adulta, o que se repercute de forma negativa no seu desempenho escolar, já que durante o ritual são obrigados a abandonarem a escola por longos períodos, e por vezes, sobretudo as raparigas, já não regressam.

Nesta sequência, as raparigas casam-se cedo e após o casamento passam automaticamente a pertencer à família do marido, dedicando-se exclusivamente à procriação, aos trabalhos domésticos e, por vezes, à agricultura, deixando de frequentar a escola em função das novas responsabilidades e desafios que acarreta a vida no lar.

Segundo Silva e Carvalho (2009), na sociedade angolana, vigoram representações sociais sobre a mulher, construídas por referência a valores ecléticos, que trespassam o contexto urbano, face à tradição vigente no contexto rural.

O conflito armado em que o país esteve mergulhado fez com que o Subsistema de Ensino Geral de Base começasse a enfrentar sérios

problemas, decorrentes da destruição de várias infra-estruturas escolares, a movimentação de grandes massas de população em busca de segurança, o aumento da pobreza entre outros.

Segundo Liberato (2016), “a guerra civil foi o maior desafio que as mulheres angolanas enfrentaram no período pós-independência. A partida dos homens para o cumprimento do serviço militar obrigatório, fez com que assumissem a responsabilidade pela segurança e subsistência das suas famílias” (p. 1001).

Apesar do forte empenho, por parte do MINFAMU, na tomada de iniciativas que promovem a igualdade entre homens e mulheres através da sensibilização, os programas apresentam na prática dificuldades na sua implementação.

Segundo Van Klaveren e colegas (2009, cit. in UNCTAD, 2013), faltam ao MINFAMU o órgão especializado e os recursos necessários, de modo a integrar as questões de género nas diferentes políticas existentes.

ESTUDO EMPÍRICO

Neste sentido, foi realizado um estudo exploratório, de natureza qualitativa e interpretativa, com o objectivo de compreender quais são as percepções de docentes universitários angolanos sobre as relações sociais entre homens e mulheres e sobre o papel da educação na promoção da igualdade de género em Angola. Este foi o *problema científico* central do nosso trabalho.

PARTICIPANTES

O conjunto dos nossos participantes foi constituído por 9 pessoas, sendo 6 (66,7 %) do sexo masculino e 3 (33,3 %) do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 28 e 37 anos de idade.

Assim sendo, aplicámos a entrevista a cada um dos nove participantes afectos a diferentes instituições de ensino superior em Angola, que se encontravam em Coimbra a frequentar formações em diferentes áreas, no ano lectivo de 2016/2017, e que se disponibilizaram para participar no estudo.

INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

A técnica utilizada neste projecto de investigação foi a entrevista semiestruturada e como objectivo principal conhecer as percepções de docentes universitários angolanos sobre os papéis de género e as relações entre homens e mulheres e sobre o papel da educação na promoção de uma sociedade livre de estereótipos.

O guião de entrevista é composto por 6 (seis) questões abertas, para permitir que os respondentes tenham maior autonomia e nível de profundidade no fornecimento de informações relativas à temática.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Assim, após análise e interpretação do guião de entrevista constatámos as seguintes opiniões:

No contexto angolano, a influência de crenças culturais é muito acentuada tornando as relações sociais entre homens e mulheres desiguais. Estas desigualdades sociais, baseadas em valores educativos da cultura *bantu*, são fomentadas desde o contexto familiar e expressas na forma de tratamento.

O sistema de ensino apresenta vários constrangimentos e dificuldades de funcionalidade sobretudo entre o que estipula a Lei de Bases do Sistema de Educação e o que se verifica na prática escolar. Estes problemas têm maior ressonância nas áreas rurais.

PRINCIPAIS LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O número de participantes que poderia ter sido maior. Contudo, isso ficou a dever-se à existência de um número reduzido de indivíduos que reunissem os requisitos para participar, isto é, serem docentes de uma instituição de ensino superior em Angola, assim como terem disponibilidade para participar. Logo, os nove participantes foram o grupo possível (VÁZQUEZ, HERNANDEZ, & SMARANDACHE, 2018).

É ainda de referir que não estão disponíveis estudos referentes à problemática da igualdade social entre homens e mulheres no contexto angolano, o que provocou alguma dificuldade no que se refere à revisão da literatura e, conseqüentemente, à discussão dos resultados.

CONCLUSÃO

O trabalho apresentado é resultante da constatação no contexto angolano de comportamentos e papéis que superiorizam o homem e restringem o papel social da mulher, provocando desigualdades nas relações sociais entre homens e mulheres nos diferentes domínios de actuação.

O combate às crenças ou valores culturais que excluem as mulheres socialmente e a efectiva promoção da igualdade entre homens e mulheres dependem claramente da educação, seja das gerações mais novas, seja das pessoas adultas de todas as idades.

Um investimento robusto no sector da educação e a conseqüente activação dos mecanismos de controlo das actividades lectivas, como a supervisão pedagógica e a inspecção escolar, permitirão entre outras coisas a melhoria e a expansão do sistema de ensino, o acesso e permanência dos alunos na escola e, sobretudo, a formação contínua e permanente dos professores, como uma aposta séria no combate às desigualdades entre homens e mulheres em Angola.

Como nos diz Bergano (2012), “a formação de professores/as nestas áreas deve ser direccionada para o questionamento das práticas educativas, no sentido de se promover uma reorganização praxiológica que transporte consigo novas formas de educar, conducentes à promoção da igualdade de género. Tais práticas devem ser notórias nas situações quotidianas de sala de aula, e também numa intenção educativa de promover uma cidadania partilhada, no sentido de ensinar a justiça e o equilíbrio social entre alunos e alunas em todos os contextos da vida” (p. 444).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bergano, S. (2012). *Ser e tornar-se mulher: geração, educação e identidade(s) feminina(s)*. Dissertação de Doutoramento (não publicada) apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Comissão Europeia (2011). *Diferenças de género nos resultados escolares: Estudo sobre as medidas tomadas e a situação actual na Europa* (Editor da versão portuguesa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação). Lisboa: Ministério da Educação.
- Hernández, C. A. G., Ojeda, C. M. R., & Medina, B. del V. (2009). *Educación con Perspectiva de Género en Contextos Escolares*. La Habana: Instituto Superior Pedagógico "Enrique José Varona".
- Kit Pedagógico sobre Género e Juventude (KPGJ) (2013). *Educação não formal para o mainstreaming de género na área da juventude* (2ª Edição). Lisboa: CIG.
- Liberato, E. (2016). 40 anos de Independência. Uma reflexão em torno da condição da mulher angolana. *Revista Estudos Feministas*, 24(3), 997-1006.
- República de Angola (2010). *Constituição da República de Angola*. Disponível em: http://www.governo.gov.ao/Arquivos/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf
- Silva, E. A., & Carvalho, M. J. (2009). Educação em Angola e (des)igualdades de género: quando a tradição cultural é factor de exclusão. In *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia* (pp. 2403-2404). Braga: Universidade do Minho.
- UNCTAD (2013). *Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Quem se beneficia com a liberalização do comércio em Angola? uma perspectiva de género*. Luanda: Nações Unidas.
- Estupiñán Ricardo, J., Martínez Vásquez, Á. B., Acosta Herrera, R. A., Villacrés Álvarez, A. E., Escobar Jara, J. I., & Batista Hernández, N. (2018). Sistema de Gestión de la Educación Superior en Ecuador. Impacto en el Proceso de Aprendizaje. *Dilemas Contemporáneos: Educación, Política y Valores*.
- Hernandez, N. B., & Ricardo, J. E. (2018). *Gestión Empresarial y Posmodernidad: Infinite Study*.
- VÁZQUEZ, M. L., HERNANDEZ, N. B., & SMARANDACHE, F. *MÉTODOS MULTICRITERIOS PARA DETERMINACIÓN DE LA EFECTIVIDAD DE LA GESTIÓN PÚBLICA Y EL ANÁLISIS DE LA TRASPARENCIA: Infinite Study*.